



## SOCIEDADE

# PL da Adultização passa e vai a sanção de Lula

Senadores aprovam matéria sem contagem de votos. Projeto tramitou em quase dois meses — rápido para os padrões do Congresso

» VANILSON OLIVEIRA

Waldemir Barreto/Agência Senado



Autor do PL da Adultização, senador Alessandro Vieira, e relator da matéria, senador Flávio Arns, acompanham a decretação do resultado da votação

O Senado aprovou, ontem, o Projeto de Lei (PL) da Adultização, que estabelece novas regras para proteger crianças e adolescentes no ambiente digital. O trâmite da matéria no Congresso ocorreu em quase dois meses, o que é considerado rápido para os padrões do Legislativo. Isso porque, em 1º de agosto, o youtuber Felipe Bressanin Pereira, o Felca, denunciou a exposição precoce de menores nas redes sociais, o que provocou a reação de deputados, senadores e da sociedade civil. Uma das contas mostradas por Felca para explicar a adultização era a do influenciador Hytalo Santos. Ele e o marido, Israel Nata Vicente, foram presos sob a acusação de explorarem menores de idade em vídeos nas postagens nas redes.

O texto segue para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a votação ocorreu sem contagem de votos dos parlamentares. No entanto, os senadores Carlos Portinho (PL-RJ), Eduardo Girão (Novo-CE) e Luís Carlos Heinze (PP-RS) fizeram questão de registrar que votariam contrariamente ao PL. Para os três, o projeto é uma brecha para propostas de regulação das redes.

O PL da Adultização é de autoria do senador Alessandro Vieira (MDB-ES) e passou a ser chamado de ECA Digital, pois amplia as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente para o universo virtual. A iniciativa impõe às plataformas o “dever de cuidado” no trato com usuários menores de idade, estabelecendo responsabilidades específicas para reduzir riscos de crimes como pedofilia, exploração sexual e abusos relacionados ao uso excessivo da internet.

### “Caixa de saque”

A única alteração significativa do Senado foi proibição de “caixas de saque” (loot boxes) em jogos

### Um recurso atraente

As “caixas de saque” são ferramentas inseridas nos jogos que podem ser compradas pelos usuários. Essas “caixas” guardam itens surpresas que podem ser úteis dentro do universo do game. São um recurso comum em muitos videogames, especialmente nos jogos on-line e nos chamados “free-to-play” (gratuitos para jogar). Os jogadores compram esses itens virtuais com dinheiro real (ou, em alguns casos, com moeda do jogo) para ter a chance de receber uma variedade de prêmios aleatórios.

on-line. O dispositivo havia sido proibido na primeira aprovação, mas a regra acabou sendo alterada pelos deputados e os senadores voltaram a proibi-lo.

Na leitura do relatório do PL, o senador Flávio Arns (PSB-PR) afirmou que o mecanismo “possui elementos marcantes de jogos de azar” e ativa mecanismos de recompensa do cérebro. “Não existem limites seguros para que crianças e adolescentes utilizem este tipo de ferramenta”, frisou.

O texto aprovado pelo Senado determina que as empresas de tecnologia devem oferecer mecanismos para que os pais acompanhem de forma efetiva o que seus

filhos fazem on-line. Entre as medidas previstas estão: restrição de contatos diretos entre adultos e menores, possibilidade de limitar o tempo de uso e de bloquear conteúdos considerados impróprios. As contas de crianças, segundo o PL, só poderão ser criadas se estiverem vinculadas ao perfil de um responsável legal, que terá acesso às configurações e ao histórico de atividades.

No campo da privacidade, o projeto obriga as redes sociais a adotar, como padrão, o nível máximo de proteção de dados de crianças e adolescentes, proibindo a coleta excessiva de informações pessoais. Serviços com

conteúdo adulto deverão adotar sistemas confiáveis de verificação de idade, a fim de impedir o acesso de usuários que não comprovem a maioridade.

A publicidade dirigida também sofrerá mudanças significativas. O projeto veda o uso de perfis comportamentais ou análises emocionais para direcionar anúncios a menores de idade. Além disso, plataformas não poderão criar perfis comerciais voltados a esse público.

A proposta ainda prevê que qualquer conteúdo relacionado à exploração sexual de crianças e adolescentes seja imediatamente removido e comunicado

### » Justiça de SP impõe proibição

A 7ª Vara do Trabalho de São Paulo determinou que o Facebook e o Instagram devem proibir a exploração de trabalho infantil que não tiverem autorização judicial prévia. Caso descumpram a ordem, podem receber multas de R\$ 50 mil por criança ou adolescente em situação irregular, com prazo de cumprimento de cinco dias úteis a partir da intimação. A juíza Juliana Petenate Salles atendeu a uma ação civil do Ministério Público do Trabalho (MPT). “Manter crianças e adolescentes expostos na internet para fins de lucro, sem devida avaliação das condições em que ocorre o trabalho artístico e sem autorização da Justiça, gera riscos sérios e imediatos”, afirmou a juíza na decisão. O MPT juntou, no processo, cópia de inquérito que mostra perfis de menores em atuação comercial nas plataformas, em desacordo com o artigo nº 149 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

às autoridades competentes. Empresas com mais de 1 milhão de usuários menores de idade terão a obrigação de publicar relatórios semestrais sobre denúncias recebidas e medidas de proteção adotadas.

As punições para quem descumprir as novas normas variam de advertências e multas que podem chegar a R\$ 50 milhões por infração, até a suspensão temporária das atividades no Brasil. O projeto também alcança fabricantes de dispositivos eletrônicos conectados à internet, que deverão incluir alertas nas embalagens sobre riscos digitais para crianças e adolescentes.

## SAÚDE

# Em sessão no Senado, Damares anuncia tratar câncer

» FABIO GRECCHI  
» ALÍCIA BERNARDES

A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) anunciou, ontem, na reunião da Comissão de Direitos Humanos do Senado, que tem câncer de mama, mas deu início ao tratamento faz pouco tempo. Ela teve o diagnóstico da doença há um mês. Na conta do Instagram, por meio de uma postagem, ela comunicou que, apesar do problema, não pretende suspender a atuação no Congresso.

“Deus me deu, aqui em Brasília, os melhores médicos do mundo e, como vocês repararam, não parei de trabalhar. Fiz a cirurgia para retirada do tumor numa quinta-feira (31/7), na segunda (4/8) já estava trabalhando, presidindo uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos. Estou bem. Na próxima semana começo as sessões de radioterapia e não vou parar de trabalhar”, salientou na publicação que fez no Instagram.

Ainda na rede social, a senadora citou um projeto de lei que diminui

para 30 anos a idade mínima para realização de mamografia na rede pública de saúde. “Não importa sua idade, se você, no autoexame, detectar qualquer alteração em sua mama procure imediatamente um médico e peça para fazer uma mamografia”, frisou.

### Solidariedade

Entre os que expressaram solidariedade à senadora pela postagem no Instagram, estão a vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão; a deputada federal Mayra Pinheiro (PL-CE); e o vereador carioca Leniel Borel (PP), pai do menino Henry Borel — morto em 8 de março de 2021, depois de espancado e torturado pela mãe e pelo padrasto, o ex-vereador carioca Dr. Jairinho.

Na sessão de ontem, na comissão, ela observou que a rotina parlamentar pode sofrer ajustes em razão da condição física devido ao esforço do tratamento. “Hoje (ontem), na reunião mais cedo, fiz um anúncio público na outra comissão e acho justo fazer este anúncio aqui também”, disse.

Andressa Anholate/Agência Senado



Damores explicou que havia comunicado sobre a doença previamente à equipe do gabinete, mas decidiu tornar público que está em tratamento ao participar da instalação da Subcomissão do Câncer na Comissão de Saúde.

Segundo a senadora, o fato de ter descoberto a doença precocemente fez toda a diferença. “Em 18 dias, consegui fazer a cirurgia e,

com cinco dias, estava trabalhando. Com cinco dias, estava aqui no Senado, depois da cirurgia. Com dor, com um pouquinho de dor, mas com todos os meus cuidados. Só foi difícil não abraçar os colegas nesse período. Mas o diagnóstico precoce foi fundamental para estar como estou”, explicou.

Depois de comunicar o diagnóstico, Damares pediu a compreensão

dos colegas e solicitou o encerramento da sessão. “Na próxima semana, quem sabe, começo a audiência, a sessão, lendo os informes... É porque, realmente, já estou no meu limite físico neste momento”, disse.

A senadora não é a primeira figura pública feminina a anunciar um diagnóstico de câncer. Em 2009, a ex-presidente Dilma Rousseff — então ministra da Casa Civil do segundo

governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva — que se submeteu a um tratamento contra câncer no sistema linfático, depois de retirado um tumor de dois centímetros de sua axila.

Dilma tinha um linfoma não Hodgkin e se submeteu a sessões de quimio e radioterapia e teve remissão da doença em dois meses. O tratamento foi encurtado devido ao progresso das sessões.



**Deus me deu os melhores médicos do mundo e não parei de trabalhar. Fiz a cirurgia para retirada do tumor, na segunda (4/8) já estava trabalhando, presidindo uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos. Na próxima semana começo as sessões de radioterapia e não vou parar”**

**Senadora Damares Alves (Republicanos-DF)**